

# B O L E T I M

# MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



3.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1053

## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Deliberações** (Sessão Ordinária iniciada em 15 de abril de 2014 - 2.ª Reunião - 22 de abril de 2014):

- **Proposta n.º 48 (Deliberação n.º 88/AML/2014)** - Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado - Deliberar sobre a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno, sita no Campo das Cebolas e a constituição em direito de superfície sobre parcela de terreno sita no mesmo local, com destino exclusivo à construção e exploração de parque de estacionamento em subsolo a favor da EMEL - Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.E.M., bem como sobre a Minuta de Contrato-programa  
pág. 740 (242)

- **Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Deliberação n.º 89/AML/2014)** - Subscrita pela (7.ª) Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto - Piscina da Penha de França - Apreciação do parecer da (7.ª) Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto  
pág. 740 (253)

- **Proposta n.º 5/AM/2014 (Deliberação n.º 90/AML/2014)** - Subscrita pela Sr.ª Presidente da AML - Deliberar sobre a recomposição das Comissões Permanentes  
pág. 740 (253)

- **Proposta n.º 6/AM/2014 (Deliberação n.º 91/AML/2014)** - Subscrita pela Conferência de Representantes - Deliberar sobre a realização de um Debate Temático subordinado ao tema «Os Transportes em Lisboa: o que temos e o que queremos»  
pág. 740 (253)

# RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### Deliberações

Sessão Ordinária iniciada em 15 de abril de 2014

2.ª Reunião - 22 de abril de 2014

- Deliberação n.º 88/AML/2014:

Aprovada por maioria (condicionada à ratificação, em reunião de Câmara, das alterações propostas pela Assembleia Municipal), com os votos a Favor - PS, PAN, PNP e Presidente da AML; Contra - BE, PEV e MPT; e Abstenções - PSD, PCP, CDS-PP e 5 Independentes.

- **Proposta n.º 48/2014** - Deliberar sobre a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno, sita no Campo das Cebolas e a constituição em direito de superfície sobre parcela de terreno, sita no mesmo local, com destino exclusivo à construção e exploração de parque de estacionamento em subsolo a favor da EMEL - Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.E.M., bem como sobre a Minuta de Contrato-programa.

Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado.

### Proposta n.º 48/2014

**Assunto:** Aprovar submeter à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno, sita no Campo das Cebolas e a constituição em direito de superfície sobre parcela de terreno sita no mesmo local, com destino exclusivo a construção e exploração de um parque de estacionamento em subsolo a favor da EMEL - Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.E.M., bem como a aprovação da respetiva Minuta de Contrato-programa.

**Pelouro:** Urbanismo - Vereador Manuel Salgado.

**Serviço:** DMPRGU/Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial.

Considerando que:

- a) Por auto de transferência dominial, datado de 15 de junho de 2010, a APL - Administração do Porto de Lisboa, de ora em diante abreviadamente designada por APL, transferiu para o domínio público municipal cinco parcelas de terreno, situadas na zona do Campo das Cebolas (cf. Anexo I, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);
- b) O Projeto Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina, outrora desenvolvido pela Sociedade Frente Tejo, tem como objetivo recuperar a centralidade da baixa pombalina e atualizar os usos e as infraestruturas do sector ribeirinho de Santa Apolónia ao Cais do Sodré;

- c) O Decreto-Lei n.º 110/2011, de 25 de novembro de 2011, extinguiu a sociedade Frente Tejo, S. A., determinando a transferência para o Município de Lisboa dos direitos e obrigações daquela sociedade, no âmbito da intervenção da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina;
- d) As alterações que têm vindo e continuarão a ser implementadas na zona ribeirinha de Lisboa, designadamente no eixo entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, implicaram e implicarão mudanças na circulação automóvel;
- e) A requalificação urbana desta zona da cidade assume-se como objetivo prioritário, sendo que será fundamental assegurar a existência de lugares de estacionamento, tanto para residentes, como para a população em geral;
- f) A EMEL - Empresa Pública de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.E.M. (EMEL) é uma empresa do setor empresarial local encarregada da gestão de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico do setor empresarial local;
- g) A EMEL tem por objeto principal a gestão dos sistemas de estacionamento público urbano pago, integrado no sistema global de mobilidade e acessibilidades urbanas, a construção, instalação e gestão do estacionamento público urbano à superfície, a promoção, construção, exploração e alienação do estacionamento em estrutura, em zonas de reconhecido interesse e necessidade pública, bem como a elaboração e promoção de estudos e projetos de estacionamento, mobilidade e acessibilidade urbana;
- h) Os Estatutos da EMEL estipulam que, quando por força de imperativos inerentes ao serviço público desenvolvido pela EMEL e por expressa indicação do Município de Lisboa, houver lugar à prossecução de objetivos ou de investimentos de natureza político-social de que resulte um afastamento dos princípios da equilibrada gestão empresarial, deverão ser acordados entre a EMEL e o Município de Lisboa, através da celebração de um Contrato-programa, as condições destinadas ao eventual reequilíbrio da equação económica que existiria se não houvesse lugar à prossecução dos referidos objetivos ou investimentos;
- i) A gestão dos parques de estacionamento municipais encontra-se sob a gestão e exploração da EMEL há mais de 15 anos, permitindo que esta empresa tenha um relevante *know-how* nesta área;
- j) A EMEL já realizou um estudo de viabilidade económico e financeira para construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Campo das Cebolas (cf. Anexo II, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);
- k) Importa acautelar que o desenvolvimento do projeto e a execução da obra a realizar pela EMEL se adequa e enquadra nos pressupostos dos estudos já realizados pelo Município para toda a zona do Campo das Cebolas, tal como consagrado nos estudos e projetos realizados na sequência do concurso internacional de conceção que para o efeito foi lançado, e da adjudicação aprovada através da Proposta n.º 892/2013, na Reunião de Câmara de 11 de dezembro de 2013;

- l) Para o desenvolvimento do projeto é necessário proceder à desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno, com a área total de 6042m<sup>2</sup>, situada no Campo das Cebolas, assinalada na Planta n.º 14/003/DPSVP (cf. Anexo III, que se junta e se dá por integralmente reproduzido), bem como constituir um direito de superfície sobre parcela de terreno, com a área de 8240m<sup>2</sup>, a favor da EMEL, pelo prazo de 50 anos;
- m) Tal título jurídico é indispensável para que a EMEL possa, desde já, desenvolver no terreno municipal os estudos e ações preliminares de suporte à futura construção do parque de estacionamento automóvel, com 230 lugares de estacionamento, dos quais 160 lugares serão destinados para assinaturas de 24h de residentes, assumindo os respetivos encargos como contrapartida do direito de superfície que lhe é constituído.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25.º, n.º 1, alíneas i) e q) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do artigo 32.º, n.º 3, artigo 47.º, n.º 1 a 5 e artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovar submeter à Assembleia Municipal:

- 1 - A desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área total de 6042m<sup>2</sup>, sita no Campo das Cebolas, delimitada a tracejado rosa na Planta n.º 14/003/DPSVP do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial (cf. Anexo III, que se junta e se dá por integralmente reproduzido), à qual se atribui, apenas para efeitos de escritura, o valor de 30 210 euros (trinta mil duzentos e dez euros), resultante da consideração de um valor simbólico de 5 euros/m<sup>2</sup> de terreno;
- 2 - A constituição, por documento particular autenticado ou escritura notarial, a favor da EMEL - Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.E.M., do direito de superfície sobre parcela de terreno com a área total de 8240 m<sup>2</sup>, sita no Campo das Cebolas, delimitada a cor azul na Planta n.º 14/003/DPSVP do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial (cf. Anexo III, que se junta e se dá por integralmente reproduzido), pelo prazo de 50 anos a contar da data de celebração do contrato de constituição do direito de superfície, destinado à construção de um parque de estacionamento automóvel subterrâneo, com a capacidade de 230 lugares de estacionamento, dos quais 160 lugares para assinaturas de 24h para residentes, atribuindo-se apenas para efeitos de escritura o valor de 445 500 euros (quatrocentos e quarenta e cinco mil e quinhentos euros);
- 3 - A autorização para que as áreas mencionadas na presente proposta, incluindo as de constituição do direito de superfície e as das parcelas a desafetar do domínio público, bem como o número de lugares de estacionamento, possam vir a sofrer uma variação até ao máximo de 10 %, em razão do que vier a ser fixado no projeto aprovado para a construção do parque de estacionamento automóvel e que as eventuais alterações possam ser aprovadas por despacho do Vereador com competência na área do património;

- 4 - A autorização para que a EMEL possa desde já desenvolver todos os estudos e executar as ações preliminares necessárias à futura concretização do projeto de construção do parque de estacionamento automóvel em subsolo, incluindo a demolição das construções municipais devolutas, assinaladas a cor laranja na Planta n.º 14/004/DPSVP do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial (cf. Anexo IV, que se junta e se dá por integralmente reproduzido) e as necessárias sondagens arqueológicas e geológicas;
- 5 - A aprovação da Minuta do Contrato-programa a celebrar entre o Município de Lisboa e a EMEL (cf. Anexo VI, que se junta e se dá por integralmente reproduzido), sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado.

Confrontações da parcela a desafetar:

- Norte: Domínio Público, Estado e CML;
- Sul: Avenida Infante D. Henrique;
- Nascente: Via pública;
- Poente: Estado e Campo das Cebolas.

Confrontações da parcela a ceder em direito de superfície:

- Norte: Domínio Público, CML e propriedades particulares;
- Sul: Avenida Infante D. Henrique;
- Nascente e poente: Domínio Público.

### Condições de Acordo

- 1 - O direito de superfície é constituído pelo prazo inicial de 50 anos, não dando lugar ao pagamento de qualquer contraprestação de natureza pecuniária por parte do superficiário, que fica porém obrigado ao cumprimento de todas as obrigações previstas na Proposta e no Contrato-programa que a integra.
- 2 - A parcela de terreno é entregue no estado em que se encontra, com as construções nelas existentes, assumindo o superficiário a responsabilidade das ações e todos os encargos que se venham a revelar necessários para a sua desocupação, quando for o caso, e para a sua demolição, incluindo remoção a vazeamento e tratamento da zona de intervenção.
- 3 - A parcela de terreno destina-se à construção e instalação de um parque de estacionamento automóvel subterrâneo, sito no Campo das Cebolas, com a capacidade de 230 lugares de estacionamento, destinando-se 160 lugares a assinaturas de 24 h para residentes.
- 4 - O direito de superfície não dá lugar ao pagamento de qualquer contraprestação de natureza pecuniária por parte do superficiário, na condição de a EMEL proceder à construção do parque de estacionamento automóvel subterrâneo e à realização das obras de requalificação do espaço público à superfície, da área objeto daquele, no integral respeito pelo projeto que vier a ser aprovado pela CML e no cumprimento das obrigações que assume por força do contrato com o Município, suportando todos os custos associados.
- 5 - A EMEL obriga-se a proceder à construção do parque de estacionamento automóvel em subsolo com as condições técnicas necessárias e suficientes, quer ao nível de projeto,

quer de execução da obra, para que, se e quando o Município entender, possa promover a construção à superfície do imóvel assinalado a cor roxa na Planta n.º 14/005/DPSVP (cf. Anexo V, que se junta e se dá por integralmente reproduzido).

6-A EMEL obriga-se também a desenvolver ou fazer desenvolver o projeto para a construção do parque de estacionamento em subsolo garantindo que uma das saídas deste coincide com o local onde o Município construirá o equipamento assinalado na Planta n.º 14/005/DPSVP, designadamente prevendo a existência de um acesso pedonal.

7 - Pela exploração do parque de estacionamento a EMEL pagará anualmente ao Município as contrapartidas previstas na Deliberação n.º 2/AM/2007 (Deliberação n.º 577/CM/2006), ou em outra que, entretanto, venha a revogar ou alterar aquela.

8 - O direito de superfície pode ser prorrogado por vontade do superficiário por sucessivos períodos de 25 anos, desde que o Município de Lisboa não necessite da parcela ou dos prédios nela edificadas para obras de renovação urbana ou outro fim de interesse público.

9 - Sempre que o Superficiário queira exercer a faculdade prevista no número anterior, deverá comunicar ao Município de Lisboa a sua intenção de prorrogar o prazo do direito de superfície até um ano antes do termo do prazo inicial ou de qualquer uma das suas renovações. A oposição à prorrogação deve ser comunicada pelo Município de Lisboa à EMEL, no prazo máximo de três meses a contar da data da receção da comunicação da vontade de prorrogação do prazo do direito de superfície.

10 - Operada a extinção do direito de superfície, por qualquer causa, a parcela de terreno com todas as construções e instalações existentes, reverterá para o Município de Lisboa, não tendo a superficiária direito a qualquer indemnização.

11 - O superficiário obriga-se a manter o terreno em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar por sua conta e risco, todas as reparações necessárias.

12 - Caso a construção no terreno em subsolo venha a ser totalmente destruída, o superficiário obriga-se a reconstruí-la no prazo de 3 anos a contar da data da sua destruição, ou sendo a destruição parcial, no prazo razoável fixado pelo Município de Lisboa, mas que não poderá nunca exceder ao anteriormente referido.

13 - O direito de superfície ora constituído não poderá ser transmitido, total ou parcialmente, sem autorização expressa e prévia do Município de Lisboa.

14 - Ficam dependentes de autorização do Município de Lisboa, quaisquer transmissões posteriores, bem como a constituição de quaisquer direitos reais, mesmo que temporariamente.

15 - Havendo lugar a subcontratação ou constituição de quaisquer direitos reais sobre o direito de superfície, a superficiária conserva a sua posição perante o proprietário do solo, perante quem é responsável.

16 - O incumprimento de qualquer das condições acima indicadas acarreta a imediata reversão da parcela de terreno para o Município de Lisboa, não tendo a superficiária direito a qualquer indemnização.

17 - A resolução de todo e qualquer litígio emergente da interpretação, aplicação ou execução de qualquer das cláusulas anteriores, fica sujeito a um Tribunal Arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro.

18 - Para efeitos do disposto no número anterior, o Tribunal Arbitral será constituído *ad hoc* da seguinte forma:

- a) Cada Parte nomeará um Árbitro e estes dois Árbitros acordarão sobre a nomeação de um terceiro Árbitro, que presidirá;
- b) Os Árbitros serão nomeados no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que uma das Partes tenha notificado a outra da sua intenção de submeter o diferendo a um Tribunal Arbitral;
- c) O Presidente será nomeado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da nomeação dos restantes Árbitros;
- d) Na ausência de acordo quanto à nomeação do Presidente, qualquer das Partes poderá solicitar ao Presidente do Tribunal da Relação que proceda à respetiva nomeação;
- e) O Tribunal Arbitral determinará as suas regras de procedimento;
- f) O Tribunal Arbitral decide por maioria de votos e a sua decisão será definitiva e vinculativa;
- g) Cada Parte suportará os custos com o seu próprio Árbitro e da sua representação no processo arbitral. Os custos relativos ao Presidente, bem como os demais custos, serão suportados em partes iguais por ambas as Partes.

#### ANEXOS:

- I - Auto de transferência dominial, datado de 15 de junho de 2010;
- II - Estudo de viabilidade económica e financeira;
- III - Planta n.º 14/003/DPSVP;
- IV - Planta n.º 14/004/DPSVP;
- V - Planta n.º 14/005/DPSVP;
- VI - Minuta do Contrato-programa.

(Processo CML n.º 2711/CML/14.)

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa, 19 de fevereiro de 2014.

O Vereador,

(a) *Manuel Salgado*

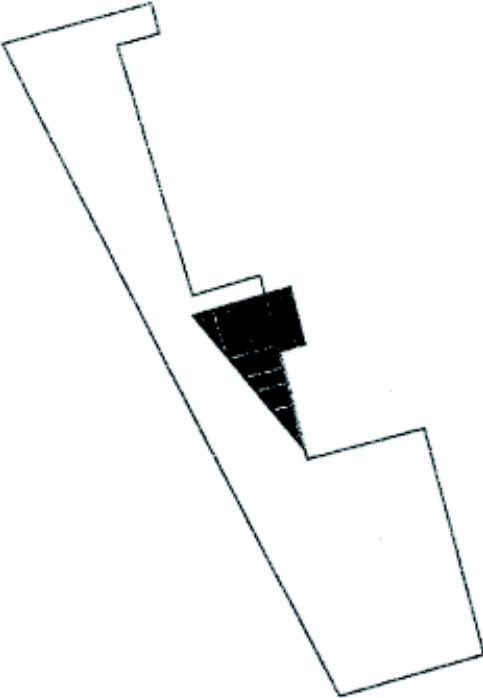





43 2014


2014  
48


2014  
48



|   |   |
|---|---|
|  | <p><b>C.M.L.</b><br/><b>D.P.S.V.P.</b> - Departamento de Pedagogia, de Saúde e de Segurança (D.P.S.V.P.)<br/>DIVISÃO DE INTERACÇÃO FAMILIAR</p> |
| <p>TIPO: Fm</p>   | <p>PLANTA DO EDIFÍCIO A CONSTRUIR NA PLOTA Nº 00/01/10<br/>PARA EQUIPAMENTO</p>   |
| <p>Local</p>  | <p>AVENIDA INFANTE D. MENÇÃO E</p>  |
| <p>Área de Estudo</p>   | <p>14000,00 m<sup>2</sup> SVP<br/>12 E e 12 P</p>   |
| <p>Proposta de Urbanização</p>  | <p>13981</p>  |

Edifício a construir para equipamento para equipamento  
Área pedida em metros: 14000,00 m<sup>2</sup>





## CONTRATO PROGRAMA

### Campo das Cebolas

#### ENTRE

O **MUNICIPIO DE LISBOA**, pessoa coletiva n.º 500051070, com sede em Lisboa, nos Paços do Concelho, Largo do Município, neste ato representado pelo Senhor Presidente Dr.º António Costa, com poderes para o efeito nos termos da delegação de competências da Câmara constante da deliberação n.º 801/CM/2013, publicada no BM n.º 1028, de 31 de outubro de 2013, 1.º suplemento, adiante designado como primeiro outorgante ou CML;

e

**EMEL – EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.E.M.**, com sede na Av. de Berna, n.º 1, em Lisboa e com o capital social de € 14.000.000,00, pessoa coletiva com o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 311 332, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, representada neste ato pelo Senhor Dr. António Júlio de Almeida e....., na qualidade de, prospectivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração, com poderes para o efeito, de acordo com o respetivo Estatuto e Certidão do Registo Comercial, adiante designada como segunda outorgante ou EMEL;

Considerando que:

1. A EMEL é uma empresa do sector empresarial local encarregada da gestão de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local;
2. A EMEL tem por objeto principal a gestão dos sistemas de estacionamento público urbano pago, integrado no sistema global de mobilidade e acessibilidades urbanas, a construção instalação e gestão do estacionamento público urbano pago à superfície, a promoção, construção, exploração e alienação do estacionamento em estrutura, em zonas de reconhecido interesse e necessidade pública, e a elaboração e promoção de estudos e projetos de estacionamento, mobilidade e acessibilidade urbana;
3. Os estatutos da EMEL estipulam que, quando por força de imperativos inerentes ao serviço público desenvolvido pela EMEL e por expressa indicação da Câmara Municipal de Lisboa, houver lugar à prossecução de objetivos ou de investimentos de natureza político-social de que resulte um afastamento dos princípios da equilibrada gestão empresarial, deverão ser acordados entre a EMEL e a CML, através da celebração de um contrato, as condições destinadas ao eventual reequilíbrio da equação económica que existiria se não houvesse lugar à prossecução dos referidos objetivos ou investimentos;
4. As alterações que têm vindo a ser implementadas na zona ribeirinha de Lisboa, designadamente no eixo entre o Terreiro do Paço e Santa Apolónia, implicaram enormes mudanças na circulação automóvel nesta zona da cidade;



5. A requalificação urbana desta zona antiga da cidade assume-se como objetivo prioritário, sendo que será fundamental assegurar a existência de lugares de estacionamento, tanto para residentes, como para a população em geral;
6. A CML promoveu um concurso público de conceção para elaboração do projeto Campo das Cebolas/Doca da Marinha na frente ribeirinha da baixa pombalina, em que está incluído um parque de estacionamento automóvel;
7. A CML entendeu conceder à EMEL o direito de superfície sobre parcela de terreno, com a área total de 8.240,00 m<sup>2</sup>, sita no Campo das Cebolas;
8. A EMEL vai proceder à construção e instalação de um parque de estacionamento automóvel, de acordo com o definido no projeto resultante do concurso referido em 6;
9. O equilíbrio da condição económica está refletido no estudo de viabilidade económica, que constitui o Anexo I do presente contrato, do qual faz parte integrante;
10. O presente contrato, atento o seu valor, encontra-se sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas;
11. Ao presente contrato são aplicáveis o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), a jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e os princípios que enformam as regras de contratação pública, em especial os da concorrência e da igualdade, considerando-se que a relação entre a CML e a EMEL é uma relação “interna”, equiparada à que é estabelecida pela entidade adjudicante com os seus próprios serviços e que, consequentemente, entende-se poder aplicar-se ao caso a exceção prevista no artigo 5.º, n.º 2, do CCP, ou seja, o essencial da sua atividade é desenvolvida em benefício da CML, que exerce sobre si o respetivo controlo.

É celebrado o presente Contrato de Programa que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1ª** **Objeto**

O presente contrato programa tem por objeto definir as atribuições das partes e fixar as regras de avaliação do impacto económico no âmbito da construção e exploração de um parque de estacionamento automóvel no Campo das Cebolas, com vista à eventual compensação dos encargos suportados pelo Segundo Contratante em sede de apreciação de resultados de exploração.

#### **Cláusula 2ª** **Obrigações EMEL**

A EMEL obriga-se, no âmbito do presente contrato:

- a) A diligenciar a demolição dos edifícios existentes no prédio objeto de direito de superfície, assinalados no Anexo II;
- b) A construir o parque de estacionamento automóvel, recorrendo aos procedimentos de contratação considerados legalmente adequados para o efeito, de acordo com o plano de estudo de viabilidade económica, que constitui o Anexo I;

- c) A promover a realização de infraestruturas adequadas à construção futura de um edifício no local, identificado no Anexo III, devendo nelas contemplar um acesso pedonal ao parque de estacionamento;
- d) Aplicar a política tarifária aprovada pelo Município;
- e) Prestar serviços de qualidade e cumprir a legislação e os regulamentos vigentes;
- f) Praticar condições mais favoráveis para utilização do parque pelos residentes, assegurando a necessária capacidade de estacionamento, de acordo com o constante no estudo de viabilidade económica do Anexo I.

### **Clausula 3.ª**

#### **Regularização Financeira**

1. A dimensão e o valor de investimento deste projeto são os seguintes:
  - a) Número de lugares de estacionamento – 230 lugares;
  - b) Número de lugares destinados a assinaturas de vinte e quatro horas e noturnas, essencialmente para residentes – 160 lugares;
  - c) Valor previsto do investimento – € 5.158.800,00 (IVA incluído).
2. Os impactos financeiros negativos com a realização deste projeto, por força da sua natureza e do interesse público que tem associados, serão considerados para efeitos de avaliação da “*performance* da empresa” e poderão ser objeto de compensação no quadro do normal relacionamento financeiro entre a CML e a EMEL.
3. No que respeita ao número de lugares de estacionamento estabelecidos no n.º 1 do presente artigo, é permitida a sua variação, para mais ou para menos 10%, tendo em conta a localização do parque.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Previsão do valor dos encargos**

1. É parte integrante deste contrato programa o estudo económico e financeiro do projeto de construção do parque de estacionamento automóvel e restantes áreas (Anexo I), onde são estimados os resultados económicos e financeiros da exploração previstos com a sua execução, bem como os seus impactos nas contas da EMEL.
2. O Segundo Contratante dispõe de um centro de custos e proveitos específico para esta atividade, garantindo assim que o valor dos encargos possa ser auditado de forma transparente e rigorosa.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Comunicações e notificações**

1. Todas as comunicações/notificações entre as partes serão efetuadas para as respetivas moradas, devendo, qualquer alteração nos contactos ser comunicada à outra parte.
2. Da parte da CML a morada é Campo Grande n.º 25, 1749-099 Lisboa, e da parte da EMEL a morada é Av.ª de Berna, n.º 1, 1050-036 Lisboa.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Indicadores**

1. Com o objetivo de avaliar a eficiência e a eficácia do presente contrato definem-se os seguintes indicadores:

- a) De eficiência, que mede a variação do EBITDA real em relação à previsão:
  - i. Muito eficiente - se a variação for positiva;
  - ii. Eficiente - se a variação para menos for inferior a 5%;
  - iii. Ineficiente - se a variação para menos for superior a 5%.
- b) De eficácia, que mede a regularidade da atividade de exploração:
  - i. Muito eficaz - Funcionamento do parque de estacionamento, 24 horas por dia, todo o ano;
  - ii. Eficaz - Funcionamento do parque de estacionamento, com falha de serviços não superior a uma média anual de 1 dia por mês;
  - iii. Ineficaz - Funcionamento do parque de estacionamento, com falha de serviços superior a uma média anual de 1 dia por mês.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Vigência**

O presente contrato vigora no tempo necessário à concretização do seu objeto.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Cooperação**

As partes do presente contrato obrigam-se, reciprocamente, a cooperar entre si no sentido de garantir a realização integral do objeto do presente contrato, sendo nomeados como interlocutores, do lado da CML .....e do lado da EMEL.....

### **Clausula 9.ª**

#### **Resolução de litígios**

1. Todos os litígios emergentes da interpretação, aplicação ou execução do presente Contrato serão resolvidos de forma amigável e de harmonia com os princípios da boa-fé.

2. Caso não exista acordo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da comunicação que uma das partes dirija à outra com vista à resolução amigável do litígio, o mesmo será dirimido por um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, o tribunal arbitral será constituído *ad hoc* da seguinte forma:

- a) Cada parte nomeará um árbitro e estes dois árbitros acordarão sobre a nomeação de um terceiro árbitro, que presidirá;

- b) Os árbitros serão nomeados no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que uma das partes tenha notificado a outra da sua intenção de submeter o diferendo a um tribunal arbitral;
- c) O Presidente será nomeado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da nomeação dos restantes árbitros;
- d) Na ausência de acordo quanto à nomeação do Presidente, qualquer das partes poderá solicitar ao Presidente do Tribunal da Relação que proceda à respetiva nomeação;
- e) O tribunal arbitral determinará as suas regras de procedimento;
- f) O tribunal arbitral decide por maioria de votos e a sua decisão será definitiva e vinculativa;
- g) Cada parte suportará os custos com o seu próprio árbitro e da sua representação no processo arbitral. Os custos relativos ao Presidente, bem como os demais custos, serão suportados em partes iguais por ambas as partes.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Revisão do contrato**

O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário à sua boa execução.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Disposição final**

Em tudo quanto não esteja especialmente previsto no presente Contrato-programa aplica-se a Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e o CCP – Código dos Contratos Públicos.

Feito em dois originais, de idêntico valor, assinados por ambas as partes, ficando cada uma delas com um exemplar.

Lisboa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014.